

Mulheres na ciência: relato do caso do projeto ‘Meu verão na Fiocruz’

Women in science: a case report of the ‘My summer at Fiocruz’ project

Constância Ayres¹, Ana Cecília Cuentro^{2,3}, Marília Nascimento^{4,5}

DOI: 10.1590/0103-11042021E115

RESUMO No início do ano de 2020, foi realizado no Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco, o projeto ‘Meu verão na Fiocruz’, cujo objetivo era permitir o acesso de meninas de escolas públicas do ensino médio aos laboratórios da instituição, para desenvolver curtos projetos de iniciação científica e, adicionalmente, debater sobre o tema da luta feminista para redução da desigualdade de gênero e raça no campo da ciência. Este artigo é um relato de experiência sobre o projeto. A divulgação do projeto foi realizada em oito escolas pelo Observatório Feminista do Nordeste, a inscrição para seleção foi feita por meio do envio de vídeos de um minuto, e a orientação nas pesquisas foi realizada por pesquisadoras de cinco laboratórios do IAM. No total, foram selecionadas 12 meninas que frequentaram os laboratórios de janeiro a fevereiro de 2020. O projeto culminou com a realização de um evento ocorrido no Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. Ao final, foram identificados gargalos que dificultam o acesso de jovens de comunidades periféricas aos programas de iniciação científica, e os caminhos que podem ser seguidos para acelerar esse processo na academia, principalmente no campo da saúde.

PALAVRAS-CHAVE Iniquidade de gênero. Racismo. Saúde. Feminismo.

ABSTRACT *From January to February of 2020, the ‘My summer at Fiocruz’ project was carried out at the Aggeu Magalhães Institute (IAM), an Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) unit located in the state of Pernambuco, whose aim was to allow girls from public high schools to access the institution’s laboratories in order to develop short scientific research projects, and additionally, to debate the theme of the feminist struggle to reduce gender and race inequality in the field of science. This article is a case study about the project. The project was publicized by the Feminist Observatory of the Northeast at eight schools, the application for selection was done by sending one-minute videos, and the mentoring was carried out by women researchers from five IAM laboratories. In total, 12 girls were selected, who attended the laboratories from January to February 2020. The project culminated with an event held at the institution on February 11, 2020, the date on which the International Day of Women and Girls in Science is celebrated. Finally, the main difficulties for access to undergraduate research programs were identified, as well as the ways that could be followed to accelerate such a process in academia, mainly in the field of health.*

KEYWORDS *Gender inequality. Racism. Health. Feminism.*

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Aggeu Magalhães (IAM) – Recife (PE), Brasil.
constancia.ayres@fiocruz.br

²Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa (PB), Brasil.

³Observatório Feminista do Nordeste – João Pessoa (PB), Brasil.

⁴Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife (PE), Brasil.

⁵Observatório Feminista do Nordeste – Recife (PE), Brasil.



*Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade
se movimenta com ela.*

Angela Davis

Introdução

No Brasil, as mulheres correspondem a 60% dos estudantes bolsistas de pós-graduação financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), assim como nos programas de formação de professores¹. Entretanto, esse número vai reduzindo ao longo da formação acadêmica até a ocupação dos cargos definitivos na academia. Na Plataforma Lattes, na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estavam cadastrados, até 2016 (são os dados mais atualizados disponíveis), 53% de mulheres com mestrado *versus* 47% de homens; e já com o título de doutor, esse número cai para 47,5% de mulheres *versus* 52,5% de homens. Isso demonstra que, ao longo da jornada da vida acadêmica, há um gargalo para as mulheres, elas não concluem a titulação necessária, ou não conseguem a visibilidade necessária, e, conseqüentemente, não ocupam os cargos acadêmicos na mesma proporção que os homens – muito menos assumem as posições de liderança em cargos de poder. Um grande exemplo disso é a área da saúde, que é constituída majoritariamente por mulheres; mas se considerarmos uma instituição secular e de tamanha importância como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 120 anos de existência, houve apenas uma mulher na presidência. Se levarmos em conta ainda um recorte racial nessa análise, esse número é infinitamente menor para a mulher negra. Em uma pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 10,4% das mulheres negras completam o ensino superior em comparação aos 23,5% das mulheres brancas. Quando analisamos os cargos de liderança das principais instituições de ensino e pesquisa no País, a ausência das mulheres negras é gritante.

A continuação da carreira acadêmica por muitas meninas é comprometida pelas mesmas ideias que vigoravam há séculos, as mesmas que impediam a mulher de estudar e de votar, a crença de que seu ingresso na vida pública causaria o seu distanciamento da vida privada, o que impediria a mulher de exercer suas aptidões naturais, cumprir suas atividades domésticas e o seu papel na educação dos filhos². Acreditando nisso, muitas jovens pesquisadoras se encontram em algum momento de suas vidas tendo que decidir entre casar e ter filhos ou fazer um mestrado ou doutorado. Esse processo de distribuição desigual do poder entre os diferentes gêneros, transmitido geração após geração, é construído socialmente e está na base da formação da teoria do conhecimento (epistemologia), e tem impactado de forma negativa na ocupação dos cargos de chefia por parte das mulheres e na visibilidade das poucas mulheres que ocupam esses cargos.

Para muitas meninas negras e pobres, a possibilidade de entrar na universidade e seguir uma carreira acadêmica é negada. As bases racistas, sexistas e classistas que estruturam a nossa sociedade^{3,4}, que têm a escravidão e o colonialismo como heranças que ainda perduram fortemente entre as relações sociais, criam barreiras cotidianas para que essas meninas não consigam chegar às instituições, e quando algumas delas conseguem ocupar esses espaços, na maioria das vezes, a mesma estrutura as impedem de continuar as suas carreiras. Por isso, quando analisamos o padrão das pessoas que estão nos cursos de doutorado ocupando os cargos definitivos e de poder nas instituições de ensino e pesquisa, o perfil é de homens brancos e de classe média. Como mudar essa realidade?

Esse é um problema global que não é restrito ao campo das ciências, por isso tem sido debatido em várias esferas internacionais, com diversas organizações multilaterais estabelecendo agendas para solução do problema em médio e longo prazo. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem como um

dos objetivos (ODS 5) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas publicou a Resolução A/RES/70/212, de 22 de dezembro de 2015, que tem como objetivo dar acesso e garantir a participação plena e igualitária de mulheres e meninas na ciência e tecnologia. Dessa forma, foi instituído o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, 11 de fevereiro, cujo foco é a realização de atividades educativas e de sensibilização para a desigualdade de gênero que permeia todos os campos da sociedade. Para celebrar a data internacional, em outubro de 2019, a Fiocruz, por meio da Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), lançou o edital 'Mais meninas na Fiocruz', aberto para todas as unidades da Fundação fora do Rio de Janeiro, o qual teve como objeto incentivar e fortalecer o papel fundamental que as mulheres desempenham nas pesquisas científicas e tecnológicas. Nesse sentido, O Instituto Aggeu Magalhães (IAM), a unidade da Fiocruz em Pernambuco, submeteu e aprovou o projeto 'Meu verão na Fiocruz', dedicado a receber meninas do ensino médio da rede pública do estado para passar um mês nos laboratórios do IAM e debater sobre o tema da desigualdade de gênero.

A Fiocruz possui o Programa de Vocação Científica (Provoc) para jovens do ensino médio que existe há 35 anos, criado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no Rio de Janeiro, em 1986. Esse é um programa de longa duração, que conta com um estágio inicial de 12 meses e outro avançado de 21 meses⁵. Entretanto, na Fiocruz Pernambuco, a única escola credenciada para participar desse programa é o Colégio de Aplicação, situado dentro do *Campus* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), considerada uma das melhores escolas da cidade e frequentada por estudantes de classe média. Nesse sentido, o Provoc não cumpre seu papel de inclusão social, como acontece na Fiocruz/RJ, destacado por Ferreira⁶. No nosso projeto, optamos

por selecionar meninas de escolas de bairros periféricos oriundas de classes mais populares, para oportunizar o acesso à educação científica a esse grupo, na tentativa de quebrar o ciclo que perpetua a elitização da academia e exclui as jovens meninas negras. O projeto teve como objetivo, valorizar a participação na ciência de meninas do ensino médio da rede pública, dando a possibilidade do acesso às tecnologias de ponta e à prática de atividades científicas em áreas de vanguarda, despertando o interesse para a área e mostrando a realidade da vida profissional de mulheres que fazem ciência. Ainda com o intuito de fomentar e fortalecer a participação das jovens no ambiente acadêmico e profissional, avaliamos o papel do projeto como forma alternativa de construir caminhos de permanência e continuidade de formação para meninas de escolas públicas e, principalmente, negras.

Estratégias metodológicas

Delineamento do projeto

O projeto 'Meu verão na Fiocruz' foi idealizado pela Vice-diretora de Pesquisa Constância Ayres, e submetido ao Edital. O Observatório Feminista do Nordeste (OFNE) foi convidado para realizar a gestão do projeto. O observatório ficou responsável pela organização, divulgação do projeto, seleção das meninas e organização do seminário no final do projeto. O OFNE é uma organização política e profissional, feminista, antirracista que atua para contribuir, por meio de seus projetos, na redução das desigualdades raciais, de gênero e renda, com foco sobre essas problemáticas no Nordeste. O projeto foi aprovado em novembro de 2019 e teve início em dezembro de 2019.

Seleção das meninas

O projeto previa a seleção de 12 meninas de escolas públicas para vivenciar o estágio nas

diversas áreas de pesquisa do IAM/Fiocruz, localizado na cidade de Recife-PE. No processo de seleção, inovamos no que se refere à metodologia, pois normalmente a seleção é feita pelas próprias escolas. Para se inscrever, era necessário estar no primeiro ou segundo ano do ensino médio e enviar um vídeo de até um minuto respondendo à pergunta: “*Por que eu quero passar o meu verão na Fiocruz?*”. A mobilização nas escolas da Região Metropolitana de Recife começou em dezembro de 2019. Foram estabelecidos diálogos com os estudantes para falar sobre a importância de um projeto que incentiva a participação das meninas na ciência, da iniciação científica, da bolsa para ajudar nos custos com deslocamento e alimentação, bem como para esclarecer as dúvidas existentes. As escolas públicas de bairros periféricos foram priorizadas. Foram escolhidas escolas com as quais a Fiocruz já tinha algum vínculo devido a projetos anteriores. Contudo, a divulgação ocorreu no fim do ano letivo, por isso foi necessário ampliar a mobilização e divulgar o projeto pelas redes sociais para outras escolas da rede pública estadual ou federal de ensino. Foram feitas apresentações do projeto presencialmente nas escolas dos bairros de Brasília Teimosa, Ibura, Centro, Várzea, Nova Descoberta, Engenho do Meio, Alto do Mandu e Guabiraba, áreas periféricas da cidade de Recife.

Por uma questão política e social, foram priorizadas as meninas negras, tendo em vista que, historicamente, devido ao racismo estrutural, é negado às mulheres negras o acesso à educação superior e a trabalhos tidos como mais valorizados, restando a elas os empregos subvalorizados e o desemprego⁷⁻⁹.

Preparação das meninas

Após o processo de seleção das participantes, foram feitas reuniões com as meninas e seus respectivos responsáveis para explicar sobre o projeto, sobre a duração e, sobretudo, para obter a autorização legal para a participação das meninas no projeto. Foram elaborados

dois termos de consentimento, um relacionado com o comprometimento da participação no estágio com carga horária estabelecida e participação no evento de encerramento, e outro a respeito da autorização do uso da imagem, pois estava prevista no projeto a gravação de um documentário que relataria o dia a dia do estágio na Fiocruz.

No primeiro dia do estágio, a equipe do OFNE realizou uma conversa com as meninas e seus responsáveis para explicar com mais profundidade a dinâmica do estágio, apresentar as áreas de atuação, falar da importância da oportunidade, bem como para conhecer as instalações da instituição, as tutoras do estágio e, também, para que cada uma escolhesse em qual área desejaria ficar e formassem duplas, de acordo com o interesse, para estagiarem juntas. As áreas definidas para o estágio foram: entomologia, parasitologia, microbiologia, virologia, genômica e imunologia. Foi criado um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação entre as participantes do estágio e a equipe do OFNE. Plantões presenciais semanais foram feitos pela equipe do OFNE na Fiocruz para acompanhar de perto o desenvolvimento das atividades do estágio.

O estágio

O estágio foi desenvolvido durante todo o mês de janeiro de 2020, de forma presencial, em que as jovens estiveram três vezes por semana na instituição, completando uma carga horária de 60 horas. Participaram de atividades teóricas e práticas, sempre na presença de suas tutoras. Durante o estágio, diversas atividades da prática científica foram desenvolvidas pelas estudantes, como, por exemplo, busca bibliográfica, experimentos laboratoriais, análise de dados e apresentações científicas sobre os temas de seus projetos. Foram ofertados também um curso sobre biossegurança e uma aula sobre ética e integridade na pesquisa científica. Das 12 meninas, 4 tiveram ainda a oportunidade de realizar trabalho de campo nas comunidades, integradas aos Serviços de

Referência em Esquistossomose e Controle de Culicídeos Vetores do IAM. Também foi feita uma roda de conversa sobre desigualdades raciais e de gênero na nossa sociedade como parte das atividades do estágio. A roda foi idealizada pelo OFNE e contou com a participação da equipe de comunicação da Fiocruz que fez os registros.

Também fez parte da estratégia política do projeto que as jovens fossem orientadas por pesquisadoras da Fiocruz, com o intuito de construir referências de mulheres na ciência para as jovens e valorizar e visibilizar o trabalho das pesquisadoras da instituição.

O seminário

O seminário intitulado ‘Mulheres na Ciência: construindo alternativas para superar as desigualdades raciais e de gênero’ foi construído de forma coletiva entre as jovens, o OFNE e a idealizadora do projeto. O seminário, em alusão ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, foi a última atividade do projeto, e teve por finalidade debater sobre o contexto e a presença das mulheres na ciência, no ambiente acadêmico e sobre todas as desigualdades raciais e de gênero, presentes nesses espaços e em toda a sociedade. O processo foi estruturado para que as jovens estivessem presentes em todas as mesas, como debatedoras ou mediadoras, no credenciamento, nas homenagens, e permanecessem integradas ao longo de todo o evento. No final do seminário, foram feitas homenagens às tutoras e pesquisadoras na instituição.

O seminário foi estruturado da seguinte forma: mesa de abertura com falas institucionais da Fiocruz, UFPE, Universidade de Pernambuco (UPE) e OFNE e uma representação da direção de uma das escolas parceiras. Em seguida, tivemos três mesas: a primeira tinha como temática principal o machismo na sociedade; a segunda era sobre o papel da universidade em formar mulheres cientistas; e a terceira foi sobre negritude e afrofuturismo. Convidamos mulheres que integram

Organizações da Sociedade Civil e movimentos feministas da cidade, mulheres cientistas das mais diversas áreas do conhecimento para compor as mesas e debater sobre os temas propostos. O resultado foi um debate rico com intensa participação das pessoas presentes.

Resultados e discussão

No total, recebemos 57 vídeos de jovens de várias partes do estado de Pernambuco, em que as 12 meninas foram selecionadas com base na criatividade dos vídeos e justificativa do interesse. Foi dada prioridade às meninas negras. A maioria delas estava no segundo ano do ensino médio, na faixa etária dos 14 aos 18 anos. Em relação à região de residência, houve uma grande heterogeneidade, sendo a maioria da Região Metropolitana de Recife, principalmente dos bairros da cidade de Recife e de Olinda, Paulista, Camaragibe e São Lourenço da Mata. Apenas uma menina do agreste do estado, de Santa Cruz do Capibaribe.

Os relatos dos gestores das escolas demonstraram o quanto o desenvolvimento desse tipo de projeto é importante para aquelas meninas que não têm quase nenhuma oportunidade de aprendizado e de acesso ao conhecimento além da escola. Isso destacou a importância política e social do projeto na criação de alternativas e possibilidades profissionais e de vida para as meninas.

Para além do aprendizado técnico nas áreas de parasitologia, microbiologia, imunologia, virologia, entomologia, genômica e biossegurança, o estágio também proporcionou debates com a equipe do OFNE sobre as questões históricas, políticas, econômicas e sociais que influenciam na baixa participação das mulheres negras na ciência, e nas desigualdades que as afetam em nossa sociedade. Essas conversas contribuíram também para a construção política e social das meninas. Como destacado no início, as mulheres são maioria no início da vida acadêmica, mas ao longo do processo formativo a situação se inverte, e há ainda uma

significante menor participação das mulheres nos cargos de poder e decisão. Não há, no decorrer da formação na vida acadêmica das meninas, espaço para debater e refletir sobre as causas dessas desigualdades. Acreditamos que se o assunto for abordado no início do processo formativo, quando na sua iniciação científica, poderá ser desenvolvido um senso crítico nas jovens pesquisadoras que impactará nessa estatística final e contribuirá para a redução das iniquidades.

O projeto teve grande repercussão nas mídias sociais e jornais locais. Diversas matérias jornalísticas foram produzidas, para canais como a TV Tribuna e a Rede Globo, além de programa para a rádio Frei Caneca, visando divulgar o evento de encerramento do projeto, que foi aberto ao público. Houve grande demanda nas mídias de escolas e meninas querendo informações sobre as futuras edições do projeto. Isso já demonstra a carência desses tipos de iniciativas aqui na região contrastando com o alto grau de interesse dos estudantes.

Ao final, foi realizado um documentário de seis minutos sobre a experiência do estágio, o qual entrevistou algumas jovens, integrantes do OFNE, e que, também, captou trechos e imagens do seminário sobre o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, atividade final do projeto.

O estágio impactou positivamente tanto as jovens, por terem a oportunidade de acompanhar e vivenciar o dia a dia de trabalho na Fiocruz, quanto a própria dinâmica da instituição, que durante a permanência das jovens e por meio da proposta do estágio, passou a debater sobre a participação das mulheres, principalmente das mulheres negras nos ambientes de ensino superior e acadêmico, e de como é importante construir estratégias que incentivem e fortaleçam o acesso de jovens meninas, de escola pública, a estarem presentes e conquistarem esse espaço.

O seminário que encerrou o projeto foi bastante divulgado, não só nas redes sociais, mas também nas grandes mídias, atingindo um

público externo, fora do mundo acadêmico. Ao longo do dia, contamos com a participação de um público médio de 50 pessoas no evento, entre organizações da sociedade civil, estudantes das universidades UFPE, UPE e de outras faculdades. Vale destacar que houve uma presença maior de pesquisadores de outras instituições do que da própria Fiocruz, o que revela pouco interesse da comunidade institucional. Esse fato demonstra a necessidade de criar alternativas que despertem e promovam o interesse das pessoas para abordar o tema da desigualdade do binômio gênero-raça na academia

As jovens destacaram que o projeto ofereceu um momento de conhecer áreas das ciências antes desconhecidas por elas, que não são apresentadas nas escolas formais, e que acabaram fortalecendo o desejo de algumas delas em trabalhar na área, como, por exemplo, a área da genômica. A experiência de uma das estagiárias com a realização de uma atividade externa no município de Ipojuca (PE) juntamente com sua tutora, e o contato que ela teve com as condições sociais vivenciadas pela comunidade visitada, reforçou o seu desejo em ser médica e trabalhar para ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade, e que não têm atendimento de saúde adequado. Segundo reportagem da revista 'Radis', uma das participantes do projeto relata que:

Durante o estágio na Fiocruz, fomos um dia fazer trabalho de campo em Porto de Galinhas e eu visitei algumas áreas muito vulneráveis, eu não acreditei que pessoas pudessem viver nessas condições.

Outro ponto é que o estágio proporcionou mais uma forma de aprendizado para elas, para que possam estudar, entrar em um curso superior e, assim, dar uma condição de vida melhor para seus familiares. Jovens que não apenas puderam conhecer mais sobre cursos superiores e profissões a seguir, mas que assumem o desejo de transformar a realidade social em que estão inseridas, construindo alternativas de futuro.

Alguns relatos dados pelas participantes do projeto demonstram isso.

Eu quero trabalhar em hospital, mas não quero ser médica, eu quero ser a chefe do hospital [...] quero poder dar pra minha família tudo que eles não puderam me dar, especialmente a minha avó, que foi quem me criou.

A gente tem que ter bastante força porque sabemos que o mundo já é cheio de preconceito, a gente precisa estudar bastante, porque por exemplo, uma pessoa branca, um homem branco, tem muito mais privilégios, muito mais facilidade na sociedade do que eu, que nasci mulher e negra, então tenho que lutar pra mostrar que sou tão capaz quanto.

Eu agora sinto que tenho mais força pra lutar pelos meus objetivos, não ter medo de chegar onde eu quero, e sendo uma mulher negra sei que terei dificuldades, mas não podemos nos calar diante do preconceito, temos que lutar para que haja cada vez mais mulheres negras nessa área.

Da mesma forma como relatado por Arantes e Peres⁵, que descreveram a experiência da iniciação científica para duas jovens oriundas de famílias de baixa renda, o presente projeto reverberou nas possíveis escolhas profissionais optadas pelas jovens.

O projeto e a presença das jovens no ambiente institucional possibilitaram a abertura para o debate tão urgente e necessário sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres para estarem no ensino superior, na academia ocupando espaços historicamente negados, como as ciências naturais, exatas e médicas. O projeto foi uma iniciativa concreta para fortalecer outras possibilidades e realidades para as jovens, mostrando que, com incentivo e oportunidade, elas podem chegar muito mais longe. Adicionalmente, o projeto desempenhou um papel fundamental dentro da instituição, quebrou uma ideia preestabelecida de que jovens de comunidades menos favorecidas, por não possuírem capital cultural desejado, teriam dificuldades no aprendizado das

técnicas. A participação das meninas mostrou exatamente o contrário: a rapidez no aprendizado, a maturidade e o domínio do assunto nas apresentações, a responsabilidade com a execução de suas atividades, a desenvoltura na moderação das mesas no seminário e o retorno que foi obtido pelas orientadoras surpreenderam a instituição, quebrando um falso paradigma estabelecido na maioria das instituições de pesquisa científica. Na verdade, são as oportunidades que faltam. É provável que a vivência apresentada pelas jovens nos bairros de periferia, os quais possuem organizações sociais bem estruturadas, tenha contribuído para esse processo.

Projetos como o ‘Meu verão na Fiocruz’ são fundamentais para a construção de condições igualitárias de acesso à academia, ao ensino superior e a postos de trabalho que até muito recentemente eram negados às mulheres – e, também, porque visibilizam e valorizam o trabalho de pesquisadoras e cientistas que atuam em diversas áreas do conhecimento, mas que têm o seu trabalho invisibilizado. Que possamos desenvolver mais propostas como essas para, dessa forma, contribuir para o acesso de jovens, meninas, negras, estudantes de escolas públicas e periféricas.

Baseado nos debates do evento e na grande maioria da produção bibliográfica sobre as políticas para redução da desigualdade racial e de gênero, já é consenso que a diversidade aumenta a produtividade e a inovação no ambiente acadêmico e na indústria¹⁰. Foi demonstrado que grupos de pesquisa que trabalham de maneira integrada entre os diferentes gêneros, mas com uma maior representatividade feminina com alto nível educacional, são mais produtivos, em termos de inovação, naquelas disciplinas em que há mais mulheres no corpo docente¹¹.

Nesse sentido, como podemos construir um conhecimento científico que contribua, de fato, para as reduções das desigualdades econômicas, raciais e de gênero e que seja acessível à sociedade? Como colaborar para a construção de alternativas que tornem os espaços acadêmicos e científicos mais democráticos?

Historicamente, o conhecimento científico produzido nas diversas áreas, seja nas humanas, na saúde ou nas ciências denominadas duras ou exatas, foi construído com base no que denominamos de neutralidade axiológica, o que quer dizer que o conhecimento científico e intelectual, para que seja validado cientificamente perante a sociedade, não pode sofrer nenhum tipo de influência, seja ideológica, cultural ou dos valores subjetivos dos/as pesquisadores/as. Na sociologia, por exemplo, essa é uma premissa básica, que construiu as bases dessa disciplina e formou seus primeiros pressupostos – ‘Os Clássicos’, como são conhecidos Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, foram os responsáveis por essa consolidação, estando o primeiro, Durkheim, bem alicerçado nos pressupostos das ciências exatas, tendo-as como um espelho para a construção da sociologia.

A partir dos anos 1960/70, cientistas e intelectuais da epistemologia feminista, como Sandra Harding e Donna Haraway, e intelectuais do pensamento do feminismo negro, como Patrícia Hill Collins, entre outras, vieram para dismantelar essas prerrogativas, a favor de um fazer científico que seja, nas palavras de Haraway, ‘corporificado e localizado’^{12,13}. Esse conceito aponta na direção de que a neutralidade axiológica é uma falácia, pois, historicamente, tem servido para a manutenção de privilégios e narrativas que os homens brancos constroem desde sempre, ou seja, o conhecimento científico sempre foi situado e alicerçado a partir dessas vozes, que, escondidas por detrás da neutralidade, vêm construindo um tipo de conhecimento que contribui para a manutenção dos privilégios daqueles que ocupam os espaços acadêmicos. Vale ressaltar que a inclusão de mais mulheres ou outros grupos minorizados no sistema de produção do conhecimento científico, além de contribuir para a inovação, ajudará a ciência a repensar a sua questionável universalidade e neutralidade¹⁴.

No que se refere à questão racial, três pontos têm tido um papel central no pensamento feminista negro: o significado de autodefinição

e de autoavaliação; a natureza interligada da opressão; e a importância de redefinição da cultura, muito bem pontuados por Collins¹⁵. Esses três temas têm tido grande relevância no campo da sociologia, mas podem também dar uma enorme contribuição no campo da saúde, pois propõem a redefinição do nosso olhar sobre a realidade social, que, historicamente, invisibiliza a cultura das mulheres negras, pois referenciam-se nos padrões brancos de cultura e sociabilidades. Deslocar esse referencial, a partir dessa autodefinição e dessa autoavaliação propostas por Collins, contribui para a construção do conhecimento científico fora desse padrão branco e para a reconstrução das narrativas da cultura e história das mulheres negras sobre a realidade social.

Sabemos que algumas doenças possuem maior incidência no grupo de mulheres. Por exemplo, a incidência de hospitalização por infarto agudo do miocárdio tem aumentado nos últimos anos, mas esse aumento tem sido maior nas jovens mulheres¹⁶. Outras doenças são sabidamente mais prevalentes no grupo de pessoas negras, como lúpus, alguns subtipos de câncer de mama^{17,18}, hipertensão arterial, mortalidade materno-infantil, a histórica epidemia de violência contra a mulher, entre outras; mas a ciência não tem dado respostas adequadas para solucionar esses problemas, que vão desde o contexto ambiental que interfere no desenvolvimento da doença, dificuldade no diagnóstico ou no acesso ao sistema de saúde, e precariedade no atendimento e tratamento, muitas vezes associados ao racismo institucional³. Há quase duas décadas, o Ministério da Saúde do Brasil publicou o ‘Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente’, no qual descreve as principais doenças no Brasil com maior incidência na população dos afrodescendentes¹⁹. Entretanto, desde então, nenhuma grande mudança foi observada em relação à redução dos casos dessas doenças, o que demonstra que as medidas tomadas para mitigar esse problema não têm surtido efeito. Dessa forma, a participação cada vez maior

de mulheres negras na ciência – e particularmente no campo da saúde – contribuirá para ampliar nosso conhecimento sobre esses sérios problemas, principalmente no campo da saúde global, e trazer soluções para esse grupo de pessoas que tem sido subvalorizado, mas que está na base da sustentação da nossa sociedade desde sempre.

A transferência do conhecimento científico para as comunidades carentes tem sido um grande gargalo na concretização da atividade fim da ciência, ou seja, a transformação do conhecimento gerado nas pesquisas científicas em tecnologias que propiciem a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Algo que ficou muito claro nesse projeto é o quanto as meninas participantes já estavam inseridas em movimentos e coletivos em suas comunidades e atentas aos problemas locais enfrentados²⁰. Dessa forma, acreditamos que, a exemplo delas, a inserção de mais meninas com esse perfil será fundamental para direcionar a produção do conhecimento e acelerar a transferência de conhecimento por meio de novas tecnologias a serem usufruídas pela própria comunidade. Veja relato de uma das participantes do projeto abaixo.

A vida animal sempre me interessou. Minha família sempre me ensinou a ser empática com as outras vidas, [explica. Seu sonho de cuidar de outros seres vivos vem junto com o impulso de modificar a realidade]. Meu curso é técnico em jogos digitais, então eu já fiz alguns projetos, como um aplicativo que inclui mais mulheres na programação, outro sobre cultura chinesa, sobre depressão e um sobre o cantor Chico Science e o meio ambiente. Foi a forma que encontrei de fazer alguma diferença na sociedade.

Nesse sentido, é urgente perceber que a inclusão de mais mulheres na ciência, e com especial atenção às mulheres negras, não é necessária apenas como um mecanismo de reparação da sociedade para com esse grupo minorizado, mas também é a única forma de garantir a superação da deficiência que tem

permeado toda a epistemologia, desde sua formação até os dias de hoje. A diversidade da razão, o pluralismo, a vivência e o conhecimento produzido por grupos periféricos são essenciais para a sobrevivência da própria ciência. A conexão entre diversidade e excelência se destaca, com todas as suas implicações em termos de progresso científico e tecnológico, atrelados ao desenvolvimento econômico¹⁴.

Ao final do evento, algumas ações que já podem e deveriam ser adotadas para lidar com a questão da sub-representação da mulher nos cargos de chefia na academia foram dadas como exemplos, e essas ações são respaldadas em artigos científicos que comprovam contribuir para a redução efetiva das desigualdades. Apenas o recrutamento de mais meninas para participarem de programas de ampliação do acesso à academia já não é suficiente. Temos provas de que, no campo da saúde, as mulheres já são maioria. Porém, sem a devida implementação de políticas que garantam um tratamento igualitário e condições com infraestrutura para integração e visibilidade da força de trabalho das mulheres, o acesso continuará sendo em vão. Há um risco dessas pequenas ações se tornarem apenas exemplos de *tokenismo*, ou seja, uma inclusão simbólica, que nada mais é do que uma concessão superficial para demonstrar que a instituição possui políticas de enfrentamento da redução da desigualdade. Para Arya²¹, essas questões devem ser resolvidas em todos os níveis, desde documentos que demonstrem as políticas estabelecidas claramente, a força de trabalho, o corpo estudantil e até nos currículos, e que algo que não contemple tudo isso apenas perpetua o *tokenismo*.

Dessa forma, as instituições deveriam:

- Institucionalizar programas de acesso à iniciação científica para jovens de comunidades periféricas, suprimindo a carência de práticas similares na rede de escolas públicas;
- Propiciar para os jovens a educação técnico-científica, mas também trabalhar outras

habilidades que contribuem para o enfrentamento do problema das desigualdades, por meio de mentorias mais específicas, como experimentado nesse projeto;

- Estabelecer os indicadores para monitoramento do impacto das políticas de redução da desigualdade racial e de gênero;
- Adotar abordagens integradas para lidar com esta problemática;
- Realizar eventos que levem em consideração um número equitativo de palestrantes dos diferentes gêneros e raças;
- Promover o debate internamente dessa temática;
- Realizar campanhas educativas sobre o combate do machismo e racismo institucional;
- Buscar alianças com movimentos e coletivos populares;
- Propiciar infraestrutura adequada para uma maior inclusão das mulheres nas atividades acadêmicas;
- Advertir profissionais que apresentem condutas sexistas, machistas ou racistas;
- Estimular uma maior participação das mulheres em cargos de liderança.

Considerações finais

Para estabelecer uma nova mudança cultural institucional que promova uma maior inclusão de cientistas mulheres e estimule a ocupação dos cargos de lideranças científicas por mulheres, será necessário estabelecer diretrizes claras, com metas e indicadores para que seja possível monitorar o impacto das ações implementadas. Não basta apenas recrutar mais meninas, é necessário criar um

ambiente propício antirracista e antissexista, que contribua para o fortalecimento e amplie a capacidade produtiva das mulheres. Investir na formação de jovens cientistas é fundamental para criar desde cedo a consciência das dificuldades e da importância da ocupação dos cargos de liderança.

Somente há pouco tempo a Capes e o CNPq passaram a prorrogar as bolsas de pós-graduação para os casos de maternidade. O CNPq, também recentemente, criou uma sessão para que mulheres informem no seu currículo Lattes o nascimento ou a adoção de filhos. Esses são pequenos passos adiante da enorme estrada que teremos que percorrer. Identificar a fonte da desigualdade de gênero nas posições de liderança é fundamental, e mais estudos são necessários para que políticas efetivas sejam implementadas.

Nesse sentido, as perspectivas citadas anteriormente apontam para a necessidade de resgatar os compromissos éticos e políticos na construção do conhecimento científico, e mostrar quem está na sua construção é um começo, assim como refletir para quem esse conhecimento é desenvolvido – localizando, assim, quem o faz e a quem serve esse conhecimento, sendo parte fundamental desse processo a ocupação dos espaços acadêmicos pelas mulheres, sobretudo pelas mulheres negras, a quem historicamente esses espaços são negados. Projetos como o 'Meu verão na Fiocruz' e eventos como o seminário em alusão ao dia 11 de fevereiro se fazem fundamentais e fortalecem essa proposta política e social, que contribui para a democratização desses espaços e para o seu acesso.

Esse projeto recebeu uma grande visibilidade e foi amplamente divulgado nas mídias sociais, TV e rádio, com a produção de um documentário no final. Esse foi um exemplo bem-sucedido de iniciativa que esperamos que seja disseminada para outros setores e instituições, e que gere um impacto na formação da nova geração de cientistas, com uma nova postura, análise crítica e espírito

de coletividade, para que possamos suplantar todas as dificuldades historicamente impostas a nós, mulheres, e exercer de forma plena as atividades científicas, contribuindo para que tenhamos uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de seus direitos.

Colaboradoras

Ayres C (0000-0003-0787-749X)*, Cuentro AC (0000-0002-1576-2038)* e Nascimento M (0000-0001-9254-5208)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2016. [acesso em 2020 jan 1]. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9375-mulheres-representam-60-dos-bolsistas-da-capes>.
2. Schumacher S, Ceva A. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro; 2015.
3. Carneiro S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro; 2011. (Coleção Consciência em Debate)
4. Akotirene C. Interseccionalidade. São Paulo: Jandaira; 2020.
5. Arantes SLF, Peres SO. O passaporte de Lorryne: juventudes, pobreza e o acesso à educação científica. In: Arantes SLF, Silva K, Miranda VER, organizadores. Programa Institucional de Extensão Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais. Barbacena: Editora UEMG; 2017. p. 120-148.
6. Ferreira CA. O Programa de Vocação Científica da Fundação Oswaldo Cruz: fundamentos, compromissos e desafios. In: Ferreira CA, Peres SO, Braga CN, et al., organizadores. Juventude e Iniciação Científica: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ; 2010. p. 27-52.
7. Arantes SLF. Iniciação científica no ensino médio: a educação científica e as disposições sociais de jovens dos segmentos desfavorecidos. [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2015. 252 p.
8. Arantes SLF, Peres SO. Metodologias ativas em programas e projetos de Iniciação Científica, Educação Científica e Divulgação Científica. *Brazilian J. Develop.* 2021; 7(2):13496-13515.
9. Campelo AM. Dualidade Educacional. In: Pereira IB, Lima JCF, organizadores. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008.
10. Nielsen MW, Alegria S, Börjeson L, et al. Gender diversity leads to better science. *Proc Natl Acad Sci USA.* 2017; (114):1740-1742.
11. Joshi A. By whom and when is women's expertise recognized? The interactive effects of gender and education in science and engineering teams. *Admin. Scien. Quart.* 2014; (59):202-239.
12. Haraway D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio para a perspectiva parcial. *Cadernos Pagu.* 2010; (5):07-41.
13. Barbosa CP. Epistemologia feminista enquanto uma ramificação da epistemologia social: uma análise a

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

- partir de Donna Haraway e Sandra Harding. *Intuitio*. 2020; 13(1):e35521.
14. Cascace M. *Guidelines for Gender Equality Programmes in Science*. Roma: Prages; 2009.
 15. Collins PH. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. Est.* 2016; 31(1):99-127.
 16. Arora S, Stouffer GA, Kucharska-Newton AM, et al. Twenty-year trends and sex differences in young adults hospitalized with acute myocardial infarction. *Circulat.* 2019; 139(8):1047-105.
 17. Carey LA, Perou CM, Livasy CA, et al. Race, breast cancer subtypes, and survival in the Carolina Breast Cancer Study. *JAMA*. 2006; 295(21):2492-2502.
 18. Dietze EC, Sistrunk C, Miranda-Carboni G, et al. Triple-negative breast cancer in African-American women: disparities versus biology. *Nat Rev Cancer*. 2015; 15(4):248-254.
 19. Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. *Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2001.
 20. Ayres V. Meninas que fazem o verão. *Radis*. 2020 [acesso em 2020 mar 2]; (211):28-29. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/meninas-que-fazem-o-verao>.
 21. Arya R. Black feminism in the academy. *Equality, Diversity and Inclusion: An international Journal*. 2012; 31(5/6):556-572.

Recebido em 31/08/2020

Aprovado em 23/07/2021

Conflito de interesses: inexistente

Suporte financeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), projeto nº VPGDI-014-FIO-19-2-36